

disciplinadas pelo direito não escrito. É bem verdade que este não se reveste da precisão e clareza do direito legislado. O legislador, por isso mesmo, deve estar atento para captar e interpretar os usos e costumes consagrados, transformando-os em leis.

Se não o faz, a norma jurídica consuetudinária, no entanto, não deixa de existir. Muitas vezes, porém, como está acontecendo com o cheque visado, os costumes comerciais se constituem ou são reconhecidos pelos Registros de comércio, de maneira diferente nos vários Estados.

Isto contradiz com o princípio da unidade do direito substantivo em todo o território nacional, assegurada pela Constituição.

Os assentos regulares feitos nas Juntas Comerciais dos Estados são verdadeiras leis, só podendo ser revogados por lei.

Existindo diversidade nos assentos, nós temos de admitir a vigência de direito substantivo escrito em vários Estados, regulando, de maneira diferente um mesmo instituto jurídico. Que fazer? Se, no que se refere ao cheque visado, o legislador continua inativo, os comerciantes através de seus órgãos representativos e com a assistência dos juristas, devem promover o assento do respectivo costume no Registro comercial, como fizeram os do Rio de Janeiro e São Paulo. É a solução melhor para o problema.

A prática bancária, em Minas Gerais, como acentua, autorizadamente, o Autor, é o da revogabilidade do cheque visado.

Deve, pois, ser promovido, o quanto antes, o assento dêsse costume na Junta Comercial do nosso Estado, o que não é difícil, tendo em vista que já está reconhecido em várias decisões de nossos Juizes e do Tribunal de Justiça.

Por este ligeiro comentário, vê-se que a matéria estudada pelo Dr. Vicente Rodrigues além de ser atual, não interessa só aos juristas, advogados e Juizes, mas, também aos comerciantes.

O Curso de Doutorado da Faculdade de Direito da U.M.G. está de parabéns. Começa a dar bons frutos. — JOSÉ MACHADO MOURÃO.

ANDRÉ MARCHAL: *Méthode Scientifique et Science Économique* — Tome I. — (Le conflit traditionnel des méthodes et son renouvellement) — Editions M. Th. Génin Librairie de Médecis, Paris, 1952 (278 págs.).

I — Há muito se nota nos estudos econômicos interesse renovado pelos problemas gerais e fundamentais da ciência, numa louvável tentativa de estabelecer bases menos contestáveis sobre que repouse o arcabouço que a teoria erige e que lhe integra o campo de conhecimentos. As disputas iniciais dos fundamentos, dos conceitos gerais, tomados como aceitos e exatos, substituiu-se a elaboração das grandes concepções teóricas e doutrinárias, visando à explicação dos fenômenos mais complexos. Agora, porém, se notará que, se aquêles problemas de base não desapareceram nunca, assumiram caráter mais premente, mais sério, num esforço superior, que se faz, de busca de princípios que possam encontrar o apóio mais decidido dos doutos e a comprovação mais exata dos dados sociais.

Verifique-se a bibliografia econômica dos últimos tempos e ver-se-á a atenção com que os problemas de conceito da ciência, método, objeto, divisão, têm sido debatidos. Sem se falar nas tentativas mais destemidas da criação de métodos específicos à economia, ou das de aplicação de processos experimentais a estudos econômicos, os debates em torno daquelas questões primaciais retornam à primeira plana, como se, após erguido o edifício, vissem os construtores necessidade de reforçar-lhe os alicerces para que melhor resistam ao peso da edificação.

II — Exemplo dessa tendência é a recente obra de André Marchal sobre "Méthode Scientifique et Science Économique" — Le conflit traditionnel des Méthodes et son renouvellement" — primeiro tomo do estudo que à matéria pro-

mete dedicar e que será seguido de um segundo, consagrado a "Problème de "l'Approach" dans la science économique moderne".

Este primeiro tomo divide-se em duas partes:

*Primeira Parte — O conflito tradicional dos métodos.*

*Capítulo primeiro — A atitude das escolas a propósito do conflito dos métodos — A oposição dos clássicos e dos historicistas.*

*Secção I — O método abstrato e dedutivo dos clássicos.*

*Secção II — O método concreto e indutivo dos historicistas.*

*Capítulo segundo — O resultado do conflito dos métodos. A conciliação dos clássicos e dos historicistas.*

*Secção I — A atitude eclética da pretensa "escola francesa".*

*Secção II — A conciliação formal da escola psicológica austríaca.*

*Secção III — O esforço de Karl Marx em vista de uma síntese dos métodos.*

*Segunda parte — Renovação do conflito tradicional.*

*Capítulo primeiro — A nova atitude das escolas a propósito do conflito dos métodos — A oposição do método abstrato e do método concreto.*

*Secção I — As novas formas do método abstrato: a escola psicológica e a escola matemática.*

*Secção II — O contra-ataque do método de observação e seu enriquecimento*

*Capítulo segundo — A conjunção dos métodos abstratos e dos métodos concretos.*

*Secção I — A conjunção do método psicológico e do método histórico.*

*Secção II — A conjunção do método psicológico e do método estatístico.*

*Secção III — A conjunção do método matemático e da estatística: a economia.*

A êsses estudos faz preceder, na Introdução, breve apanhado dos caracteres e natureza da ciência econômica, em que sintetiza sua posição em face dos problemas postos.

III — Verifica-se da enumeração da matéria contida no volume, o relêvo do tema a que se entregou o ilustre professor de Economia Política da Faculdade de Direito de Paris e a importância de que se reveste o estudo, tanto mais quanto a essas indagações se tem consagrado, como comprova a publicação do seu "Economie Politique et Technique Statistique", cuja 3.<sup>a</sup> edição, revista e aumentada, a "Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence" editou em 1948, ou demonstra o excelente capítulo que escreveu sobre métodos, no "Traité" coletivo sob a direção de Louis Baudin (págs. 49 a 94).

E a questão, de debatida que tem sido, nem por isso perdeu seu interesse. A metodologia científica, a todo instante, recebe novas contribuições que, se não podem, de plano, serem aceitas, quando nada constituem subsídio a indagações e ao estabelecimento de processos correlatos de investigação e análise.

Se não se tem na ciência econômica método próprio, de conclusões à parte, processos específicos de estudo, essencial se faz determinar os que podem apresentar resultados compensadores na busca da verdade econômica, para que se não perca o pesquisador menos avisado em perquirições alheias ao objeto da ciência, apartadas da realidade, ou de conclusões teóricas que, de certa forma, a possam esclarecer. Ou, como assinala o próprio Marchal (pág. 14), "s'il existe une attitude scientifique que s'impose à tous les savants quel que soit l'objet de leurs recherches, si les principes méthodologiques de base ont un caractère général et concernant toutes les sciences, il n'en est plus de même des règles de leur mise en oeuvre. Celles-ci ont donné lieu à des discussions souvent très vives. Les principes généraux de recherche, communs à toutes les sciences, doivent, lorsqu'on passe à l'application, être assouplis, aménagés en fonction de la nature même de la discipline envisagée. Dès lors qu'on quitte le domaine purement philosophique pour aborder celui de la technique, on ne peut plus discuter de la méthode scientifique, mais bien de la méthode de telle ou telle science, selon l'objet et la nature de celle-ci".

A querela dos métodos é, na Economia Política (que nos interessa), tradicional: dedutivistas e indutivistas, a princípio, com a economia pura e a economia aplicada, com os clássicos e historicistas (ou históricos); depois, passando por Marx, a reação neoclássica (digamos) de psicologistas e matemáticos, ainda que uns e outros se opusessem; a estatística trazendo sua contribuição, aceita ou contestada; até o moderno conflito, oriundo do antigo, entre a análise micro e macro-econômica, subjetiva e objetiva, estática e dinâmica.

Em tôdas as épocas, porém, não obstante as tentativas de conciliação, permanece a disputa, nascida do próprio desacôrdo respeito à natureza da ciência econômica (como salienta o mesmo Marchal, pag. 36). Certo, contudo, é que cada um trouxe sua contribuição à solução do problema, visando a possibilitar à análise econômica apreender todos os aspectos dos fenômenos que estuda. E a querela enriqueceu manifestamente os processos de pesquisa até atingir ao que a André Marchal parece agora síntese: "a análise econométrica, que constitui um dos traços característicos do pensamento moderno e que tem tido conseqüências cuja fecundidade está longe de esgotar-se na hora atual".

A obra de Marchal visou, sem dúvida, neste primeiro volume, a proceder a um resumo das disputas metodológicas das diversas escolas e dos diversos autores, a fim de, posteriormente, retirar as ilações e os ensinamentos para a síntese final a respeito do problema.

Por isso analisa o ensino dos economistas, apresentando conclusões parciais, de que vale ressaltar as relativas à conciliação economia pura — economia aplicada (pág. 81), ao esforço de Karl Marx (93), à contribuição da matemática à análise econômica (105 e segs.) das mais completas que temos visto — e ao progresso do método e da técnica estatística (pág. 162) e sua utilização, até a análise da contribuição de Nogaro (207), Aftalion (217) e Sauvy (226), ou o estudo final sôbre a conciliação do método matemático e o estatístico na econometria, que considera, como se dizia no Manifesto econométrico de 1933, a "unificação da estatística, da teoria econômica e das matemáticas, condição necessária, se bem que não suficiente em si mesma, para uma compreensão real das relações quantitativas na economia moderna" (pág. 235).

Nem por isso esquece os obstáculos que se opõem à objetividade e à certeza da econometria e que resume em três: a insuficiência dos meios matemáticos, a falta e a incerteza dos dados estatísticos, e, por fim, a intervenção, nos mecanismos econômicos a analisar, da liberdade humana e do acaso (pág. 254).

IV — A contribuição dêste primeiro volume de Marchal é, assim, sobretudo, a da ponderação dos variados processos metodológicos até agora usados na economia, com o debate das vantagens e perigos que envolve sua utilização na investigação dos fenômenos econômicos. Da exposição feita já se deprende claramente a confiança que o autor deposita nas modernas concepções econométricas, ainda muito pouco aplicadas entre nós, se bem que em adiantada elaboração em outros centros científicos.

Não tivemos neste primeiro volume conclusões de monta a ressaltar, nem há que buscar nêle conceitos científicos que possam constituir contribuição original, criadora, à ciência econômica. Deve-se, de justiça, porém, salientar que a obra de Marchal serve de desfazer muita pretensão cientificista que anda por aí com foros de cidadania, e de fixar, em lindes precisos, o verdadeiro alcance dos processos até hoje empregados. Sempre, desnecessário é acentuar, na excelente elocução que caracteriza a elaboração gauleza, e que marca a produção dos seus economistas (para não ir mais longe).

Resta-nos agora aguardar que o segundo volume do trabalho, confirmando as qualidades dêste, traga, com os novos esclarecimentos que promete, a contribuição singular de que tanto carece a ciência econômica, para que domine as indecisões e falhas de que sofre. — OSCAR DIAS CORRÊA.